

Ricardo Alexandre

Direito TRIBUTÁRIO

14^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2020

Novidade – Atualização periódica em vídeos apresentados pelo autor

Fique por dentro das inovações legislativas e jurisprudenciais que tenham repercussão no conteúdo do livro.

Para conferir o material: cadastre-se em <https://www.editorajuspodivm.com.br/conectado> e insira o código de acesso constante na etiqueta da pág. 1.

Atenção: notificaremos você por e-mail a cada novo vídeo.



1233165

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 11.ª edição.

A381d Alexandre, Ricardo.
Direito tributário / Ricardo Alexandre – 14. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador – Ed. JusPodivm, 2020.
896 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3367-2

1. Direito tributário. I. Alexandre, Ricardo. II. Título.

CDD 341.39

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	31
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	35
1.1 O Direito Tributário como Ramo do Direito Público	35
1.2 Atividade Financeira do Estado	38
1.3 Definição de Tributo	42
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	43
1.3.2 Prestação compulsória	45
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito	45
1.3.4 Prestação instituída em lei	47
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	48
1.3.6 Destinação legal do produto da arrecadação de tributos	49
1.4 Os Tributos em Espécies	51
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo	52
1.4.2 Os impostos	56
1.4.2.1 A criação dos impostos	58
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva	59
1.4.3 As taxas	60
1.4.3.1 Taxas de polícia	61
1.4.3.2 Taxas de serviço	63
1.4.3.2.1 Serviços públicos específicos e divisíveis	63
1.4.3.2.2 Utilização efetiva ou potencial de serviços públicos	67
1.4.3.3 A base de cálculo das taxas	68
1.4.3.4 Taxas e preços públicos – Notas distintivas	73
1.4.4 As contribuições de melhoria	76
1.4.4.1 Requisitos para instituição e cobrança	79

1.4.4.2	O cálculo da contribuição de melhoria	81
1.4.5	Os empréstimos compulsórios	83
1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição	84
1.4.5.2	Destinação da arrecadação	86
1.4.5.3	Restituição	87
1.4.6	As contribuições especiais	87
1.4.6.1	Contribuições sociais	92
1.4.6.1.1	Contribuições de seguridade social	92
1.4.6.1.2	Outras contribuições sociais	95
1.4.6.1.3	Contribuições sociais gerais	97
1.4.6.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	104
1.4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas	107
1.4.6.3.1	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas	108
1.4.6.3.2	Contribuição sindical	110
1.4.6.4	A Contribuição de Iluminação Pública – COSIP	112
1.5	Classificações Doutrinárias dos Tributos	117
1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais	117
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais	117
1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais	118
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados	119
1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: de arrecadação vinculada e de arrecadação não vinculada	119
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômi- co-financeiro: diretos e indiretos	120
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais	121
1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN	122
	Questões	124

2. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR 129

2.1	A Relação Tributária como Relação Jurídica	129
2.2	As Garantias como Rol não Exaustivo	130

2.3	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas	131
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte	131
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas	132
2.4	Princípios ou Regras?	133
2.5	A Legalidade	134
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal	135
2.5.2	Exceções ao princípio	136
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa	139
2.5.4	Legalidade e medida provisória	142
2.6	Princípio da Isonomia	144
2.6.1	Acepções do princípio	144
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	145
2.6.2.1	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em atraso	145
2.6.2.2	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas ...	148
2.6.2.3	Discriminação com base na função ou ocupação exercida	149
2.6.2.4	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias	149
2.6.2.5	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida	150
2.6.2.6	Discriminação na concessão de parcelamento de débitos referentes à COFINS	151
2.6.2.7	Contribuições para o PIS/PASEP – Discriminação entre empresas privadas e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista)	152
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva	154
2.6.3.1	A progressividade nos impostos reais	155
2.6.3.2	A concretização do princípio da capacidade contributiva em face dos direitos individuais do contribuinte	157
2.7	O princípio da não surpresa	160
2.7.1	Princípio da irretroatividade	162
2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL	164
2.7.1.2	Irretroatividade e IR	165
2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro	169

2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro	170
2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais	172
2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias	174
2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena	174
2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias	176
2.7.3.2	Exceções à noventena	178
2.8	Princípio do não confisco	180
2.8.1	A configuração do efeito confiscatório	180
2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio ..	183
2.8.3	Pena de perdimento e confisco	185
2.8.4	Taxas e princípio do não confisco	185
2.8.5	Multas e princípio do não confisco	186
2.9	Princípio da Liberdade de Tráfego	188
2.10	Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo	191
2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação	191
2.10.2	Princípio da uniformidade da tributação da renda – Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal	192
2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas	193
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas	194
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional	195
2.11	Princípio da não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino	199
2.12	O Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público e a Concessão de Benefícios Fiscais	199
2.12.1	Exigência de lei específica para a concessão de benefícios fiscais	201
2.12.2	Concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS	204
2.13	Imunidades	209
2.13.1	Diferenciação de institutos assemelhados	209
2.13.2	Imunidades e isenções	211
2.13.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias	214
2.13.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas	215
2.13.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas	216
2.13.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas	216
2.13.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas	217
2.13.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas	218

2.13.4	As imunidades tributárias em espécie	218
2.13.4.1	A imunidade tributária recíproca	219
2.13.4.1.1	Extensão da imunidade recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista	220
2.13.4.1.2	A imunidade recíproca em face da exploração de atividade econômica	222
2.13.4.1.3	A imunidade recíproca e os casos de arrendamento e cessão de uso de bem público	226
2.13.4.1.4	A imunidade recíproca e a Ordem dos Advogados do Brasil	229
2.13.4.1.5	Preocupação constitucional de coibir a elisão fiscal	231
2.13.4.1.6	A imunidade dos Estados estrangeiros	231
2.13.4.1.7	Outras decisões do Supremo Tribunal Federal	232
2.13.4.2	A imunidade tributária religiosa	233
2.13.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	235
2.13.4.3.1	Vinculação do patrimônio, da renda e dos serviços dos entes imunes às suas finalidades essenciais	237
2.13.4.3.2	Regulamentação da imunidade das entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos	240
2.13.4.3.3	A imunidade e as entidades fechadas de previdência social privada	242
2.13.4.4	A imunidade tributária cultural	244
2.13.4.5	Imunidade tributária da música nacional	248
2.13.4.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade	249
2.13.4.5.2	Tributos abrangidos	251
2.13.5	Demais imunidades previstas na CF/1988	252
	Questões	253

3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA & LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 259

3.1	Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tributária – Diferenças	259
3.1.1	Competência para legislar sobre Direito Tributário	260

3.1.1.1	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção	261
3.1.1.2	A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar	264
3.1.1.3	As disposições sobre conflitos de competência	264
3.1.2	Competência tributária	266
3.1.3	Repartição da competência tributária	269
3.1.3.1	Competência tributária privativa	270
3.1.3.2	Competência tributária comum	272
3.1.3.3	Competência tributária cumulativa	272
3.1.3.4	Bitributação e <i>bis in idem</i>	273
3.1.3.4.1	<i>Bis in idem</i>	274
3.1.3.4.2	Bitributação	274
3.2	Legislação Tributária	277
3.2.1	Leis	279
3.2.1.1	Leis em sentido estrito	279
3.2.1.2	Medidas provisórias	281
3.2.1.3	Leis delegadas	281
3.2.1.4	Resoluções do Senado Federal	281
3.2.1.5	Decretos legislativos	283
3.2.1.6	Decretos-leis	283
3.2.2	Tratados e convenções internacionais	284
3.2.2.1	Impacto do tratado internacional sobre o direito interno	284
3.2.2.2	Tratados internacionais e a legislação tributária superveniente – A visão do STF	286
3.2.2.3	Tratados normativos e contratuais e a legislação tributária superveniente – A visão do STJ	287
3.2.2.4	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)	288
3.2.3	Decretos	290
3.2.4	Normas complementares	290
3.2.4.1	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	291
3.2.4.2	Decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa	291
3.2.4.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas	293
3.2.4.4	Convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	294

3.3	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	295
3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais	295
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN	298
3.3.2.1	Vigência espacial	299
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação	300
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional	301
3.3.2.2	Vigência temporal	302
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade	304
3.3.3	Aplicação da legislação tributária	305
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN	305
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade	307
3.3.3.2.1	Lei expressamente interpretativa	308
3.3.3.2.2	Lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades	312
	Questões	314

4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	319
4.1	Noções Gerais de Interpretação	319
4.2	Critérios de Interpretação	320
4.2.1	Interpretação quanto à fonte	321
4.2.2	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados	322
4.3	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional	323
4.3.1	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos	324
4.3.2	A interpretação benigna em matéria de infrações	326
4.3.3	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público	328
4.4	O Princípio do <i>Pecunia Non Olet</i>	332
4.5	Integração da Legislação Tributária	333
4.5.1	Técnicas de integração	334
4.5.2	Discrecionabilidade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração	336



Questões	338
----------------	-----

5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	343
5.1	Considerações Iniciais	343
5.2	Obrigação Tributária Principal	345



5.3	Obrigação Tributária Acessória	346
5.4	Teoria do Fato Gerador	348
5.4.1	Fato gerador da obrigação principal	350
5.4.2	Fato gerador da obrigação acessória	351
5.4.3	Fato gerador e princípio da legalidade	351
5.4.4	O momento da ocorrência do fato gerador	354
5.4.4.1	Fato gerador definido com base em situação de fato ...	355
5.4.4.2	Fato gerador definido com base em situação jurídica ...	356
5.4.4.3	As situações jurídicas condicionadas	356
5.5	Evasão, Elisão e Elusão Tributária	358
5.6	Norma Geral Antielisão Fiscal	361
5.7	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária	365
5.7.1	Sujeito ativo da obrigação tributária	366
5.7.2	Sujeito passivo da obrigação tributária	370
5.7.3	Solidariedade	374
5.7.3.1	Características da solidariedade	376
5.7.4	Capacidade tributária passiva	380
5.8	Domicílio Tributário	382
	Questões	385
6.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	389
6.1	Considerações iniciais	389
6.2	Modalidades de Responsabilidade	391
6.3	Responsabilidade por Transferência	393
6.4	Responsabilidade por Substituição	393
6.4.1	Substituição tributária regressiva	394
6.4.2	Substituição tributária progressiva	396
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva	397
6.4.2.2	A questão da restituição	400
6.5	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão	404
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis	405
6.5.1.1	A apresentação de certidão negativa	407
6.5.1.2	A arrematação em hasta pública	408
6.5.1.3	A aquisição originária de propriedade	409
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens mó- veis	409
6.5.3	A responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	411

6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial	416
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas	417
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade	420
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento	420
6.6	Responsabilidade de terceiros	425
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular	425
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular	429
6.6.3	Responsabilidade de terceiros e incidente de desconsideração da personalidade jurídica	436
6.7	Responsabilidade por Infrações	438
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente	442
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações	445
	Questões	450
7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	455
7.1	Crédito Tributário e Lançamento	455
7.1.1	Competência para lançar	458
7.1.2	Lançamento como atividade vinculada	460
7.1.3	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento	461
7.1.4	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento	463
7.1.5	Alteração do lançamento regularmente notificado	464
7.1.5.1	Impugnação pelo sujeito passivo	465
7.1.5.2	Recurso de ofício e recurso voluntário	466
7.1.5.3	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	467
7.1.6	Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento	468
7.2	Modalidades de Lançamento	470
7.2.1	Lançamento de ofício ou direto	471
7.2.2	Lançamento por declaração ou misto	473
7.2.2.1	Retificação de declaração	475
7.2.2.2	Lançamento por arbitramento	477
7.2.3	Lançamento por homologação ou “autolançamento”	479
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia	481
	Questões	482

8.	SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	487
8.1	Considerações Iniciais	487
8.2	Depósito do Montante Integral	490
8.3	Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal	492
8.4	Liminar em Mandado de Segurança	496
8.5	Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial	498
8.6	Moratória	500
8.6.1	Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação	502
8.6.2	Créditos abrangidos pela moratória	504
8.6.3	Moratória individual e direito adquirido	504
8.7	Parcelamento	507
	Questões	509
9.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	513
9.1	Considerações Iniciais	513
9.1.1	Pagamento	516
9.1.1.1	Cumulatividade das multas	516
9.1.1.2	Pagamento e presunções civilistas	517
9.1.1.3	Local e prazo para pagamento	517
9.1.1.4	Efeitos da mora em Direito Tributário	519
9.1.1.4.1	Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças	519
9.1.1.4.2	Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora	520
9.1.1.4.3	Processo administrativo de consulta	520
9.1.1.5	Forma de pagamento	521
9.1.1.6	Imputação em pagamento	523
9.1.1.7	Pagamento indevido e repetição de indébito	525
9.1.1.7.1	Restituição de tributo indireto	526
9.1.1.7.2	Restituição de tributo direto pago em virtude de obrigação contratual	531
9.1.1.7.3	Restituição de juros e multas	531
9.1.1.7.4	Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição	533
9.1.1.7.5	Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo	538
9.1.1.7.6	Prazo na extinção não contenciosa do crédito	539

	9.1.1.7.7	Prazo na extinção contenciosa do crédito	541
	9.1.1.7.8	Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial	543
9.1.2		Compensação	546
9.1.3		Transação	554
9.1.4		Remissão	556
9.1.5		Decadência	558
	9.1.5.1	Regra geral	562
	9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem	563
	9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal	563
	9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação	566
	9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco”	568
	9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça	570
	9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social	572
9.1.6		Prescrição	574
	9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional	578
	9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	578
	9.1.6.1.2	O protesto judicial e a constituição em mora	579
	9.1.6.1.3	A confissão de dívida	580
	9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional	582
9.1.7		Conversão do depósito em renda	586
9.1.8		Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	587
9.1.9		Consignação em pagamento julgada pela procedência	587
9.1.10		Decisão administrativa irreformável	590
9.1.11		Decisão judicial passada em julgado	592
9.1.12		Dação em pagamento em bens imóveis	592
		Questões	593
10. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO			599
10.1		Considerações Iniciais	599
	10.1.1	Isenção	600
	10.1.2	Anistia	605
		Questões	608

11. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	611
11.1 A Questão Terminológica	611
11.2 As Garantias como Rol não Exaustivo	612
11.2.1 Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário	613
11.2.2 Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas	616
11.2.3 A “penhora <i>on-line</i> ”	618
11.2.4 Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas	620
11.3 Os Privilégios	623
11.3.1 Regra geral	623
11.3.2 Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata	623
11.3.3 Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento	627
11.3.4 Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária	628
11.3.5 Autonomia do executivo fiscal	628
11.3.6 Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público	629
 Questões	633
12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	637
12.1 Considerações Iniciais	637
12.2 Fiscalização	638
12.2.1 Poderes das autoridades fiscais	638
12.2.2 Os deveres das autoridades fiscais	644
12.2.2.1 O dever de documentar o início do procedimento	645
12.2.2.2 O dever de manter sigilo e suas exceções	646
12.2.2.2.1 A transferência do sigilo	646
12.2.2.2.2 A divulgação das informações	648
12.2.2.2.3 A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes	652
12.3 Dívida Ativa	655
12.4 Certidões Negativas	659
12.4.1 Certidões positivas com efeitos de negativas	660
12.4.2 Dispensa da apresentação de certidão negativa	661
12.4.3 Responsabilidade por expedição de certidão com erro	662

12.5	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas	664
------	------------------------------------------------------------------------------------	-----



Questões	666
----------------	-----

13. OS IMPOSTOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

13.1	Impostos Federais	669
13.1.1	Imposto sobre a Importação – II	670
13.1.1.1	Fato gerador	670
13.1.1.2	Base de cálculo	674
13.1.1.3	Contribuintes	675
13.1.1.4	Lançamento	675
13.1.1.5	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais	676
13.1.1.6	Visão geral do imposto	681
13.1.2	Imposto de Exportação – IE	681
13.1.2.1	Fato gerador	682
13.1.2.2	Base de cálculo	682
13.1.2.3	Contribuintes	683
13.1.2.4	Lançamento	683
13.1.2.5	Regimes aduaneiros especiais na exportação	684
13.1.2.6	Visão geral do imposto	685
13.1.3	Imposto de Renda – IR	685
13.1.3.1	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR	686
13.1.3.2	Fato gerador	687
13.1.3.3	Base de cálculo	690
13.1.3.3.1	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	690
13.1.3.3.2	Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF	691
13.1.3.4	Contribuintes	692
13.1.3.5	Lançamento	693
13.1.3.6	Visão geral do imposto	693
13.1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	694
13.1.4.1	Seletividade	694
13.1.4.2	Não cumulatividade	695
13.1.4.3	Imunidades	699
13.1.4.4	Incentivo na aquisição de bens de capital	700

13.1.4.5	Fato gerador	700
13.1.4.6	Base de cálculo	704
13.1.4.7	Contribuintes	704
13.1.4.8	Lançamento	705
13.1.4.9	Visão geral do imposto	705
13.1.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	706
13.1.5.1	IOF sobre o ouro	706
13.1.5.2	Fato gerador	707
13.1.5.3	Base de cálculo	708
13.1.5.4	Contribuintes	708
13.1.5.5	Lançamento	708
13.1.5.6	Visão geral do imposto	709
13.1.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	709
13.1.6.1	Progressividade	710
13.1.6.2	Imunidade das pequenas glebas	711
13.1.6.3	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança	712
13.1.6.4	Fato gerador	713
13.1.6.5	Base de cálculo	715
13.1.6.6	Contribuintes	715
13.1.6.7	Lançamento	715
13.1.6.8	Visão geral do imposto	716
13.1.7	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF	716
13.2	Impostos estaduais	717
13.2.1	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD	718
13.2.1.1	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade	718
13.2.1.2	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança	719
13.2.1.3	Fato gerador	720
13.2.1.4	Base de cálculo	722
13.2.1.5	Contribuintes	722
13.2.1.6	Lançamento	722
13.2.1.7	Visão geral do imposto	723
13.2.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS	723
13.2.2.1	O conceito de mercadoria	724
13.2.2.2	Os serviços tributados pelo ICMS	727

13.2.2.2.1	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias	728
13.2.2.2.2	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias	731
13.2.2.3	Seletividade	733
13.2.2.4	Não cumulatividade	733
13.2.2.5	O ICMS nas operações interestaduais	738
13.2.2.6	O ICMS nas importações	745
13.2.2.7	ICMS e operações de <i>leasing</i>	748
13.2.2.8	ICMS e as operações de comodato na importação	753
13.2.2.9	A tributação conjunta de mercadorias e serviços	753
13.2.2.10	Imunidades	755
13.2.2.10.1	Exportações	755
13.2.2.10.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica	756
13.2.2.10.3	Outras imunidades	758
13.2.2.11	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes	758
13.2.2.12	Concessão de benefícios fiscais de ICMS	760
13.2.2.13	Fatos geradores	760
13.2.2.14	Bases de cálculo	762
13.2.2.15	Contribuintes	763
13.2.2.16	Lançamento	764
13.2.2.17	Visão geral do imposto	764
13.2.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	765
13.2.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA	765
13.2.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA	766
13.2.3.3	Lançamento	767
13.2.3.4	Visão geral do imposto	767
13.3	Impostos municipais	768
13.3.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	768
13.3.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel	769
13.3.1.2	Progressividade extrafiscal	771
13.3.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel	772
13.3.1.4	Fato gerador	772
13.3.1.5	Base de cálculo	775

13.3.1.6	Contribuinte	776
13.3.1.7	Lançamento	779
13.3.1.8	Visão geral do imposto	780
13.3.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	780
13.3.2.1	Definição do Município competente para a cobrança	782
13.3.2.2	A imunidade nos eventos societários	782
13.3.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária	784
13.3.2.4	Fato gerador	784
13.3.2.5	Base de cálculo	785
13.3.2.6	Contribuinte	786
13.3.2.7	Lançamento	786
13.3.2.8	Visão geral do imposto	786
13.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	787
13.3.3.1	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS	788
13.3.3.2	Isenção heterônoma nas exportações	792
13.3.3.3	Fato gerador	792
13.3.3.4	Base de cálculo	793
13.3.3.5	Contribuinte	793
13.3.3.6	Lançamento	793
13.3.3.7	Visão geral do imposto	793
	Questões	794

14. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	799
14.1 Noções gerais	799
14.2 Terminologia Adotada	800
14.3 Espécies de Repartição	801
14.4 Tributos cujas Receitas estão sujeitas à Repartição	801
14.5 Impostos cujas Receitas não são Repartidas	803
14.6 Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988 ..	803
14.6.1 Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios	803
14.6.2 Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal	803
14.6.3 Repartição direta de receitas da União com os Municípios	804
14.6.4 Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios ...	806

14.7	Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988	809
14.7.1	Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	809
14.7.2	O fundo de compensação à desoneração das exportações	814
14.8	Garantias de Repasse	815
14.9	O dever de repasse e as renúncias fiscais	816
	Questões	817

15.	O SIMPLES NACIONAL	821
15.1	Considerações Iniciais	821
15.2	Conceito	823
15.3	Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP	824
15.4	As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município	827
15.5	Vedações à opção	829
15.5.1	Vedação plena	830
15.5.2	Vedação parcial	831
15.6	Opção pelo Regime	834
15.7	Exclusão do Regime	835
15.8	Tributos Incluídos na Sistemática	838
15.9	Tributos Não Incluídos na Sistemática	839
15.10	Tributos Sujeitos a Regras Específicas	843
15.10.1	O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	843
15.10.2	O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios	843
15.10.3	O ISS retido na fonte	845
15.10.4	Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos	846
15.10.5	ISS e ICMS com valor fixo	846
15.10.6	Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica	847
15.10.7	Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI	848
15.11	Tributação monofásica, substituição tributária e exportação	849
15.12	Situações abrangidas por imunidade objetiva	850
15.13	Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado	852
15.14	Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas	853

15.15	O microempreendedor individual – MEI e a sistemática de recolhimento em valores fixos	857
15.16	Obrigações Acessórias a Cargo do Optante	860
15.17	Privilégio no cumprimento de novas obrigações	862
15.18	Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade	862
15.19	Domicílio Fiscal Eletrônico	864
15.20	Fiscalização Compartilhada	865
15.21	Processo administrativo fiscal	867
15.22	Processo Judicial	868
15.23	Instâncias de gerência do Simples Nacional	868
	Questões	870
BIBLIOGRAFIA	873
GABARITO	877
APÊNDICE	881